

107  
**Jornal Réplika**

ANO 36 - DEZEMBRO 2017



APERFEIÇOAMENTO DA ATUAÇÃO

INOVAÇÃO

MANUTENÇÃO DE PRERROGATIVAS

INDEPENDÊNCIA

FORTELECIMENTO ASSOCIATIVO

INTERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

PROMOÇÃO DE DEBATES

**FELIZ 2018**

PACOTES DO GOVERNO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

**2017**

REFORMA DOS CÓDIGOS PENAL E DE PROCESSO PENAL

INTEGRAÇÃO

PLURALISMO NA AMP/RS

REESTRUTURAÇÃO DO IPERGS

REFORMA DA PREVIDENCIA

## EDITORIAL

## Velhos e novos desafios

Estamos chegando ao final de um ano marcado por grandes dificuldades e cheio de obstáculos impostos ao Ministério Público e aos seus membros. Enfrentamos desafios e ataques de toda ordem. E precisamos, por isso, em diversas ocasiões, nos posicionar de forma firme em defesa da Instituição e de toda a classe.

Para fazer frente a esses movimentos que visam a restringir e a enfraquecer nossa atuação no combate à criminalidade, a diretoria da AMP/RS fez diversas viagens a Brasília onde, articulada com a CONAMP e com as demais associações estaduais do Ministério Público, dividimos preocupações, avaliamos alternativas e definimos estratégias de atuação. Ainda, na Capital Federal, o diálogo com parlamentares no Congresso Nacional foi um expediente que se repetiu, na tentativa de sensibilizá-los em relação às questões em discussão.

Reforma previdenciária, criminalização da violação das prerrogativas dos advogados e questões remuneratórias são apenas alguns dos temas em curso com desdobramentos sobre a carreira. Assuntos que seguem arrastados e indefinidos, gerando desgaste e apreensão quanto ao futuro.

Igualmente, junto à Assembleia Legislativa, permanecemos atentos à tramitação de projetos como os que buscam a reestruturação do IPERGS. Ao lado das entidades que integram a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, temos procurado preservar os direitos do funcionalismo.

Temos priorizado levar informação atualizada à classe. Todos os temas são reportados aos colegas, através dos diferentes canais de comunicação da entidade e, sempre que possível, tratados pessoalmente, nas reuniões de Núcleo ou de diretoria. Houve dezenas de encontros em 2017, no Interior e na Capital. Somados os últimos três anos, foram cerca de uma centena.

É nesse ritmo que pretendemos continuar trabalhando e dialogando. Um 2018 também desafiador nos espera. Encaremos, portanto, com vigor.

## FESTIVIDADES

## Integração em alta na Sede Campestre

Tradicional ponto de encontro das famílias que integram o Ministério Público gaúcho, a sede campestre da AMP/RS recebeu neste ano uma série de eventos. Além das atividades esportivas, com o futebol, o tênis e o vôlei, destaque para os almoços de Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia da Criança, oportunidades que levaram centenas de pessoas ao complexo localizado na zona sul de Porto Alegre.

Os eventos foram marcados por grande confraternização e integração entre os associados e familiares. Recebidos

sempre com um saboroso buffet para o almoço, preparado pela Di Pacini, promotores e procuradores de Justiça, bem como familiares e convidados compartilharam momentos de harmonia e descontração.

Outro ponto alto foram a descontração e a alegria das crianças, que se divertiram muito com a equipe de recreacionistas do Tio Giu e os equipamentos infláveis da Dudu Brinquedos. Na área externa ou no ginásio poliesportivo, a folia foi grande em todas as ocasiões. Confira algumas imagens desses encontros.



## EXPEDIENTE

### Jornal da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul

PRESIDENTE

**Sérgio Hiane Harris**

VICE-PRESIDENTES

**Martha Silva Beltrame****João Ricardo Santos Tavares****Andréa de Almeida Machado****Antonio Carlos Paiva Hornung**

DIRETOR DO JORNAL RÉPLICA

**Mário Cavalheiro Lisbôa**

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO

**Claudio Medaglia Jr. (MTb 7608)****imprensa@amprs.org.br**

FOTOS

**AMP/RS, AMMP, CONAMP e Pg Alves**

TEXTOS E DIAGRAMAÇÃO

**Letícia Vargas (MTb 10.733)****Claudio Medaglia Jr. (Mtb 7.608)**

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

**Leandro Doro**

DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA AOS INTEGRANTES DA AMP/RS

**Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501****CEP 90050-191, Porto Alegre/RS****(51) 3254.5300, www.amprs.org.br**

IMPRESSÃO DE 1.300 EXEMPLARES

**Gráfica Ideograf**

## ARTIGO

# Intervenção com agressores: uma resposta penal eficaz?

**CATIUCE RIBAS BARIN**

Promotora de Justiça do MP/RS. Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Autora da obra *Violência Doméstica contra a Mulher: Programas de Intervenção com Agressores e sua Eficácia como Resposta Penal* (Ed. Juruá).

Os dados do Atlas da Violência 2017 sobre o número de homicídios anualmente no Brasil causam perplexidade. Somos recordistas mundiais em mortes violentas: 59.080 por ano, sendo 4.621 de mulheres. A média dos últimos anos fez do país o 7º no ranking de 84 onde mais matam mulheres, para além das milhões de vítimas de outras violências. Estudos apontam que a maioria é morta em contexto de violência doméstica, fenômeno transcultural e endêmico.

A intervenção na área veio imposta pela CF/88, mas foi com a Lei Maria da Penha que se instituiu o microsistema de prevenção e repressão da violência doméstica contra as mulheres. Avançamos com a Lei n.º 13.104/15. A acentuação da intervenção penal não conduziu, todavia, à redução significativa dos índices dessa violência. As razões residem no déficit de implementação da lei e no fato de que o endurecimento da resposta penal, de forma isolada, não basta. O enfrentamento do complexo fenômeno deve ser multidisciplinar, focado na vítima e no agressor, com a investigação e o tratamento de suas causas. Necessárias, também, a busca contínua da transformação dos

padrões culturais patriarcais (ainda presentes) e a conscientização da gravidade do problema e dos seus elevados custos – sociais, políticos, econômicos e emocionais. Só assim será possível evoluir tanto na concretização da tutela penal alargada quanto nos instrumentos protetivos da lei. Nesse ampliar do leque, intervir com os agressores tem se revelado trilha à cessação da violência e a prevenir que o evento morte aconteça.

Os programas de intervenção com agressores originaram-se nos EUA e, modernamente, são recomendados por organismos internacionais e previstos em diversas legislações. Há diferentes modelos, fundamentados numa variedade de bases teóricas e de tipologias de agressores. No Brasil, os programas foram introduzidos pela Lei nº 11.340/06, mas ainda hoje são incipientes. São plausíveis, pela lei, em âmbitos diversos, como: medidas protetivas e cautelar diversa à prisão provisória; condição da suspensão condicional da pena e do livramento condicional; adicional à pena substitutiva; atenuante genérica da pena. Ainda, inspirados na ordem jurídica portuguesa, reputamos adequada alteração legislativa para o advento de suspensão condicional do processo específica para os crimes no âmbito doméstico contra as mulheres, que seja dilatada no tempo e agregue, como condicionantes, o requerimento livre da vítima e a frequência, pelo agressor, a programa de intervenção.

Dilema presente no campo das intervenções com agressores centra-se na sua eficácia como resposta penal. São muitas as falhas conceituais e metodológicas que colocam em dúvida as investigações que tentaram clarificar a questão, sendo poucas as investigações que permitem conclusões legítimas. No almejo de respostas, há duas avaliações, consideradas as mais consistentes até então: a de Edward Gondolf, nos EUA, e a de Dobash, Dobash, Cavanagh e Lewis, na Inglaterra. Destes estudos, depreende-se que: a) os agressores mudam seus comportamentos (a maioria deixa de ser violenta); b) toda intervenção produz algum impacto na diminuição dos atos violentos, mas o

efeito é superior quando o agressor participa de um programa de intervenção; c) os programas não são isolados, mas fazem parte de todo um “sistema de intervenção”; d) há um determinado grupo de agressores em relação aos quais a intervenção não terá êxito.

No cenário brasileiro, em que muitos agressores não são condenados ou passam pouco tempo na prisão, sem reeducação e com reforço coletivo das crenças machistas (ao se culpabilizar a mulher pela segregação), temos a convicção de que os programas de intervenção podem se constituir em resposta penal eficaz. Para tanto, devem respeitar princípios e critérios essenciais de atuação, para não minimizarem as responsabilizações dos homens e não colocarem em risco as vítimas. Dos princípios, destacamos a adoção de perspectiva feminista, a presença de abordagem cognitiva-comportamental e a concepção de que integram todo um sistema de intervenção. Quanto aos critérios gerais, devem ter: profissionais com elevado nível de formação em violência de gênero; duração determinada pelos objetivos; procedimentos individuais e grupais; e avaliação global contínua das características dos agressores, do nível motivacional e dos riscos, para verificar a possibilidade de inserção do agressor e o tipo de abordagem mais eficaz. Noutra tanto, há eixos transversais: a redefinição do gênero, da história pessoal e familiar; a motivação para a mudança; e o trabalho emocional. Por fim, a inclusão de mecanismo de avaliação dos resultados – com os agressores e dos próprios programas.

O Ministério Público, propulsor de políticas públicas, deve articular as Redes de Proteção à Mulher e fomentar a criação de programas de intervenção com agressores. Assim, enquanto não evoluímos a um direito de correção, como um dia idealizou Radbruch, estaremos contribuindo para um Direito Penal melhor, com atuação diversificada, e atuando de forma mais resolutiva no enfrentamento da violência doméstica, com a redução do número de mulheres vitimadas no Brasil.

## ASSOCIATIVISMO

# Por interiorização, diretoria já rodou mais d

**N**a ponta do lápis, materializa-se um dos principais compromissos assumidos pela diretoria da AMP/RS. Desde 2015, já foram percorridos mais de 25 mil quilômetros no movimento de interiorização da entidade. Ao todo, foram 65 oportunidades de encontro com os colegas de todos os 17 Núcleos associativos, em 24 municípios gaúchos. O roteiro inclui viagens a Bagé, Cachoeira do Sul, Canela, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Ijuí, Lajeado, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santa Rosa, Santo Ângelo, Soledade, Taquara, Torres e Uruguaiana, além de reuniões realizadas na Capital. Veja no mapa ao lado.

Para o vice-presidente de Núcleos, João Ricardo Santos Tavares, os encontros sempre representaram oportunidades valiosas de falar diretamente com a classe, ouvir os anseios, preocupações e demandas dos promotores, principalmente aqueles que atuam em comarcas mais distantes da Capital. “Ainda durante a campanha eleitoral de 2014, nos propusemos a buscar uma maior aproximação com os colegas e estabelecer uma rotina de conversas presenciais. Entendemos que é na comunicação pessoal, olho no olho, sem intermediários e restrições que podemos tratar dos temas que interessam a todos com clareza, sem restrições ou reservas. Ainda que tenhamos aprimorado os demais canais de comunicação da entidade com a classe, nosso conceito é de que a relação direta e pessoal não pode ser substituída ou abreviada”, observa Tavares.

**TEMAS DIVERSOS**

Nas reuniões de Núcleo, são abordados temas ligados à carreira e que tramitam na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional, no CNMP e no STF. Igualmente, a diretoria relata à classe as ações e movimentos feitos junto aos parlamentares em busca de sensibilizá-los quanto à pertinência dos argumentos que sustentam cada posição da entidade sobre os projetos em questão. No mesmo sentido, os assuntos são discutidos para que todos possam apresentar sugestões sobre as estratégias a serem adotadas.

Neste ano de 2017, um dos temas em

evidência é a PEC 287 que, conjugada com os Projetos de Lei Complementar 206 e 207 aqui no Estado (que tratam da reformulação do IPERGS, com desmembramento para as áreas da Saúde e da Previdência), resulta em matéria indefensável, com potencial para causar prejuízo considerável para a carreira. Outro assunto foi o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 8347/2017, oriundo do PL 141/2015 do Senado Federal, que criminaliza a violação de direitos ou prerrogativas dos advogados, contra o qual a AMP/RS tem se posicionado firmemente desde o início.

**TETO REMUNERATÓRIO**

A Associação também tem estado em alerta permanente, ao lado da CONAMP e das demais entidades representativas do Ministério Público, à tramitação do PL 6.726/2016, cujo objeto é a regulamentação do teto remuneratório do funcionalismo público.

Até o momento, já foram realizadas três audiências públicas pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, acompanhadas pelo presidente da AMP/RS, Sérgio Harris. Ainda, são assuntos regulares nas Reuniões de Núcleo o esclarecimento de dúvidas e a apresentação de sugestões sobre diversas questões associativas, como a transformação da SAS na Fundação de Assistência à Saúde, por exemplo.

Não por acaso, somente em 2017 os membros da Diretoria Executiva rodaram mais de 7 mil quilômetros, cortando todo o Rio Grande do Sul. Em 2018, a ideia é manter o ritmo e a eficiência da proposta, cujo objetivo principal é estreitar os laços com os associados, reforçar a ideia de participação e a transparência no trato dos assuntos classistas.



Núcleo da Serra recebeu a visita da diretoria no mês de maio



# e 25 mil km visitando os Núcleos regionais



## INTEGRAÇÃO ACADÊMICA

# Semanas do MP levam conhecimento aos es

Desde que nasceu, em 1985, em Santa Cruz do Sul, a Semana do Ministério Público, realizada periodicamente em diferentes cidades gaúchas, contou com a parceria do Ministério Público e de instituições de ensino universitário locais.

À época em que foi criada a atividade, o Brasil vivia um momento efervescente, que antecedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988. Assim, o debate sobre temas atuais permitiu, especialmente aos acadêmicos de Direito e aos profissionais de carreira jurídicas, entender melhor a realidade do País, conhecer o Ministério Público e despertou

o interesse pela carreira. Ano a ano, o número de cidades que receberam a Semana do MP foi crescendo e, aos poucos, a atividade se tornou um dos eventos mais tradicionais conduzidos pela AMP/RS, se espalhando pelo Estado.

O presidente da Associação, Sérgio Harris, destaca a importância da integração entre a entidade, o Ministério Público e o universo acadêmico: “O sucesso das Semanas do MP está na possibilidade de abordarmos temas relevantes para a sociedade, com profundidade e por meio de profissionais altamente qualificados e atuantes na Instituição. Conseguimos trazer a prática da nossa atividade diária

para o mundo estudantil, preparando futuros profissionais para exercerem suas atividades com capacitação e qualidade”.

A iniciativa tem por base um tripé, unindo a Associação, o promotor coordenador pelo evento em cada local e a universidade parceira. Para valorizar os colegas e apresentar o Ministério Público a esse universo estudantil, as palestras são ministradas, preferencialmente por promotores e procuradores de Justiça, ativos ou jubilados. Mas profissionais de outras áreas também são bem vindos. Desde 2015, já foram realizadas 26 edições da Semana do MP. Somente neste ano, o evento ocorreu em 10 municípios.

## Relembrando as Semanas do MP em 2017

### SOBRADINHO

A AMP/RS e a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) promoveram a II Semana do Ministério Público de Sobradinho, realizada na Câmara Municipal, com palestras dos promotores de Justiça Ivana Battaglin e Diego Rosito de Vilas, versando sobre “Violência de Gênero” e “Experiência da Investigação pelo Ministério Público”, respectivamente.



### SÃO GABRIEL

Em São Gabriel a parceria foi com a Universidade da Região da Campanha (URCAMP). A II Semana do Ministério Público de São Gabriel aconteceu no Auditório Dom Felix de Azara do Campus Universitário e, durante três dias, promoveu de-



bates sobre “Tribunal do Júri e Soberania Popular Direta”, ministrado pelo promotor Eugênio Paes Amorim, “Sistema Penal e Sistema Socioeducativo”, com o promotor Luciano Alessandro Winck Gallicchio, “Decifrando a Esfinge do Garantismo Penal”, com o promotor Leonardo Giardin de Souza e “Sociedade Amordaçada e Democídio Brasileiro”, com o promotor Diego Pessi.

### LITORAL NORTE

Em Torres, a X Semana do Ministério Público do Litoral Norte foi realizada no Centro de Convenções da Ulbra. O subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Marcelo Dornelles, e a promotora de Justiça, Ivana Battaglin, apresentaram as palestras “Ministério Público e a Efetividade da Constituição Penal” e “Violência de Gênero”, respectivamente. Também o promotor de Justiça Cláudio Ari Pinheiro de Mello



falou sobre “O Ministério Público e a Judicialização das Políticas Públicas” e o promotor Francisco José Borges Motta, sobre “Os precedentes no Novo CPC”. O presidente da AMP/RS, Sérgio Har-

ris, igualmente proferiu palestra sobre “Os delitos cumulativos e a tutela penal do ambiente na sociedade de risco”, e o promotor Érico Barin tratou de “O crime não compensa! Das medidas patrimoniais em face da criminalidade organizada”.

### SANTA CRUZ DO SUL

A XXXIII Semana do Ministério Público de Santa Cruz do Sul se deu na sede da parceira UNISC, reafirmando a tradição de aproximação do Ministério Público com a academia, que começou justamente em Santa Cruz do Sul e já chegou a sua 33ª edição. O promotor de Justiça da Capital Márcio Schlee Gomes apresentou a palestra “A Prova Indiciária no Crime de Homicídio”. Já o promotor Érico Fernando Barin versou sobre “O Crime Não Compensa! Modernos procedimentos legais para transformar uma ficção em realidade”. O promotor de Justiça Diego Pessi falou sobre “Sociedade Amordaçada e Democídio Brasileiro” e, por fim, o promotor Leonardo Giardin de Souza tratou do tema “Decifrando a Esfinge do Garantismo Penal”.



# Estudantes e profissionais da carreira jurídica

## ERECHIM



A IV Semana do MP de Erechim, que aconteceu no salão de atos da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, teve, como tema de palestra na noite de abertura “Ministério Público e Segurança Alimentar”, com a promotora de Justiça Caroline Vaz, que apresentou à plateia definições e conceitos adotados no Brasil e no mundo sobre o que é alimento seguro. A palestra da noite de encerramento foi “Bandidolatria e Democídio”, com o promotor de Justiça Diego Pessi, que apresentou e analisou dados e estatísticas relacionadas à violência no País.

## CACHOEIRA DO SUL



A III Semana do Ministério Público de Cachoeira do Sul, promovida pela AMP/RS e pela Ulbra, contou com as palestras “Proteção do Consumidor como Direito e Garantia Fundamental”, com o procurador de Justiça aposentado Cláudio Bonatto, “Direitos Humanos das Mulheres: uma história de violações”, com a promotora de Ivana Battaglin, e “O Ministério Público e os desafios do Tribunal do Juri”, com o chefe de gabinete e secretário-geral do MP, Júlio César de Melo.

## ALEGRETE

Com a casa cheia, aconteceu, no Centro Cultural Adão Ortiz Houayek, a II Semana do MP de Alegrete, promovida em parceria com o curso de Direito da Uni-

versidade da Região da Campanha (UR-CAMP). Palestraram o Doutor e Mestre em Administração, Luiz Marcelo Berger (“Violência no Brasil: cenários vistos pela análise econômica do crime”), o promotor Bruno Carpes (“As falácias do desencarceramento: análise sobre as estatísticas prisionais”), o promotor Diego Pessi (“Sociedade amordaçada e democídio brasileiro”), o promotor Leonardo Giardin de Souza (“Decifrando a esfinge do garantismo penal”) e o promotor de Justiça do Tribunal do Júri de Porto Alegre, Eugênio Paes Amorim (“Efetivismo Penal: garantindo a efetividade das leis”).



## ROTA DA SERRA/CANELA

Durante dois dias, aconteceu, em Canela, a VIII Semana do Ministério Público Rota da Serra, no Campus Universitário da Região das Hortênsias. “O crime econômico compensa? Um estudo em estabelecimentos penais gaúchos selecionados” foi o tema da palestra de abertura, ministrada pelo pós-doutor em economia Pery Shikida. No dia seguinte, uma mesa redonda abordando o tema “Direito à educação, formação da cons-



ciência e burocracia” reuniu o promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, o professor, escritor e diretor do Instituto Hugo de São Vitor, de Porto Alegre, Clístenes Hafner Fernandes, e o professor de História e membro da Confraria das Artes Liberais, Rodrigo Naimayer dos Santos.

## CARAZINHO



A I Semana do Ministério Público de Carazinho, realizada no auditório da Universidade de Passo Fundo, veio para ficar. Diante de um auditório lotado, durante a solenidade de abertura, o presidente da AMP/RS, Sérgio Harris, cumprimentou a promotora de Carazinho e organizadora da atividade, Adriana Costa, pela coragem e pelo empenho em proporcionar aos estudantes do curso de Direito a oportunidade de conhecer o trabalho e o papel desenvolvido pelo Ministério Público. Na noite de abertura, o palestrante foi o promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza, que abordou o tema “Decifrando a Esfinge do Garantismo Penal”. No dia seguinte, foi a vez do promotor Márcio Schlee Gomes falar sobre “A Prova Indiciária nos crimes de Homicídio”.

## NOVA PRATA

Encerrando a agenda do ano, a I Semana do MP de Nova Prata contou com a parceria da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Organizada pelo promotor de Justiça Leonardo dos Santos Rossi, a atividade contou, na primeira noite, com a palestra proferida pelo coordenador do CAO Criminal, Luciano Vaccaro, “Lavagem de dinheiro - nova perspectiva de enfrentamento à macrocriminalidade”. Na noite de encerramento, foi a vez do procurador de Justiça aposentado Cláudio Bonatto falar sobre “A Proteção do Consumidor como Direito e Garantia Fundamental”.



# CONAMP terá gaúcho na presidência

**O** gaúcho Victor Hugo Azevedo foi eleito presidente da CONAMP para o biênio 2018/2020. O dirigente, ex-presidente da AMP/RS e atual 1º vice da entidade nacional, sucederá a promotora baiana Norma Angélica Cavalcanti, que está à frente da CONAMP desde 2014. A

chapa "MP Forte e Unido", encabeçada por Victor Hugo, foi eleita por aclamação no dia 29 de novembro, e renovará a diretoria e o conselho fiscal da entidade. O presidente da AMP/RS, Sérgio Harris, foi eleito diretor da Região Sul. A solenidade de posse dos novos dirigentes da CONAMP acontecerá

em março de 2018.

Na foto, o secretário-geral Elísio Teixeira Lima, o 1º vice-presidente Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares, Victor Hugo, Sérgio Harris, o 2º vice-presidente Tarcísio José Sousa Bonfim e o futuro tesoureiro José Silvério Perdigão de Oliveira.

## ENTREVISTA: VICTOR HUGO AZEVEDO

**Réplica - Como está sendo projetada a gestão 2018-2020 à frente da CONAMP?**

**Victor Hugo Azevedo** - As entidades representativas dos agentes públicos brasileiros têm precisado acompanhar quase exclusivamente a tramitação dos projetos de reforma legislativa, seja para tentar influenciar na elaboração dos novos diplomas, seja para, vencida essa etapa, buscar corrigir eventuais impropriedades ou mácula de inconstitucionalidade remanescentes. Nossa preocupação número um continuará sendo as reformas legislativas, em especial aquelas que têm como objetivo direto ou indireto enfraquecer o Ministério Público, dificultar o exercício de suas funções ou provocar retrocessos ou supressão de garantias, direitos e prerrogativas de seus membros.

**Réplica - Das propostas de alteração legislativa em curso, no plano federal, quais as que mais preocupam a nova diretoria da CONAMP?**

**Azevedo** - Em primeiro lugar, as que dizem respeito a interesses institucionais, destacando os projetos de lei que tratam dos instrumentos postos à disposição do MP para realizar suas funções, como as propostas de reforma do Código de Processo Penal; a regulamentação do inquérito civil e da investigação criminal pelo MP; e projetos que, a pretexto de conter abusos por parte de agentes públicos, acabam cerceando, dificultando e até criminalizando o exercício regular da atividade, como é o caso das propostas

para reformular a lei de abuso de autoridade e criminalizar a violação de prerrogativas de advogados. Em outro plano, a reforma da previdência e o projeto que restabelece o adicional por tempo de serviço, corrigindo grave deformação do

ra, atingida em cheio pela operação Lava Jato e pela onda anticorrupção assumida pelo MP e Poder Judiciário brasileiros, em sintonia com a sociedade. Nosso trabalho, muito mais do que nossos eventuais equívocos, têm gerado reações fortes e indisfarçáveis.

Basta atentar para a quantidade de projetos de lei que restringem ou criam embaraços à atuação funcional da Instituição e o discurso que tenta colocar os agentes de carreiras de Estado como detentores de "odiosos privilégios". Nosso papel é o de demonstrar, com esclarecimentos e ações, a falta de consistência desse discurso. E, a meu ver, "a trancos e barrancos", temos logrado êxito.



modelo remuneratório, também merecem atenção prioritária. Mas é igualmente importante demonstrar e conscientizar a sociedade de que os ataques à instituição podem ser feitos por várias formas, e que as mais utilizadas são as que fragilizam garantias e prerrogativas; atingem o orçamento da Instituição e impedem o estabelecimento de um padrão remuneratório digno, condições indispensáveis para o pleno exercício de nossas atribuições funcionais. E são a estes que os "inimigos" do MP recorrem quando querem nos atingir.

**Réplica - Como vê o atual momento do Ministério Público e o papel das entidades representativas da Instituição no contexto social e político atual?**

**Azevedo** - O MP tem sido tratado como a "bola da vez" pela classe política brasilei-

**Réplica - De que forma sua experiência como presidente da AMP/RS contribuiu para o papel que irá desempenhar na entidade nacional?**

**Azevedo** - O fato de integrar um Ministério Público estadual tido como paradigma ao MP brasileiro e a experiência que tive como dirigente de uma das maiores e mais influentes associações estaduais foram fatores decisivos para que eu me credenciasse a exercer o cargo de presidente da CONAMP. Na AMP/RS por dois biênios, dada a relevância da entidade no contexto nacional, tive a oportunidade de participar de inúmeros movimentos em defesa do Ministério Público brasileiro. Esse histórico, penso, contribuiu para angariar a confiança dos colegas de todo o País no projeto que apresentamos.

# AMP/RS acompanha mudanças na legislação



**E**m 2017, os cenários políticos brasileiro e gaúcho mostraram-se tensos, merecendo atenção permanente da AMP/RS. Um dos temas mais marcantes foi a reforma previdenciária. Pauta recorrente nas reuniões de Diretoria e de Núcleos, a PEC 287/2016, do governo federal, foi apresentada, num primeiro momento, com um texto altamente prejudicial aos trabalhadores. Sofreu ajustes ao longo do ano, com as contribuições de entidades de classe e dos próprios congressistas. Mas no final de novembro, o Executivo lançou uma terceira versão, que pretende ver aprovada ainda neste ano. Diante do açodamento do governo no trato de questão complexa e de enorme repercussão, a AMP/RS segue trabalhando para barrar a votação no Congresso Nacional.

Outro assunto que mereceu atenção foi o projeto de lei do extrateto. Oriundo do Senado Federal, este PL encontrou cenário propício ao debate na Câmara dos Deputados. Para tanto, foi criada uma Comissão Especial que conduziu diversas audiências. A AMP/RS e a CONAMP participaram dos encontros e visitaram parlamentares a fim de contribuir para melhorar o texto altamente prejudicial às carreiras públicas, uma vez que transformava verbas indenizatórias em remuneratórias, além da criação do subteto para o MP estadual. O texto já foi aprovado no Senado e, se acolhido pelos deputados, seguirá para sanção presidencial.

O PL 347/2017, que tramita no Senado Federal e criminaliza a violação das prerrogativas dos advogados, também exigiu dedicação. A matéria gerou debate acirrado entre o presidente da AMP/RS, Sérgio Harris,

e a OAB nacional, com emissões de notas de repúdio e de apoio de membros de ambas as carreiras. Para Harris, o confronto foi inevitável: “A pretensão da OAB de criminalizar a atuação de instituições vai atrapalhar todo o sistema de persecução e julgamento de crimes, atingindo diretamente a atividade fim dos membros do MP e da Magistratura. Não poderíamos nos omitir”.

A par disso, as reformas dos Códigos Penal e de Processo Penal avançaram no Congresso Nacional. Harris diz que a atenção a esses temas também é imperiosa, já que, muitas vezes, artigos mal redigidos prejudicam o trabalho de promotores e procuradores de Justiça. A CONAMP criou uma comissão interna para tratar do tema e apresentou sugestões para aperfeiçoar os textos.

No âmbito regional, o desmembramento do IPE em IPE Saúde e IPE Previdência, com a ideia do retorno do paradigma do gestor único, tem sido pauta diária da Associação, a fim de manter as folhas de pagamento de ativos e inativos dentro do MP. “Esta é uma bandeira da qual não abrimos mão. Faremos todos os esforços políticos e judiciais, porque a folha de aposentados e de ativos é do MP e isso significa um mandamento constitucional de independência e autonomia financeira”, defende a vice-presidente administrativa e financeira, Martha Beltrame.

Também os pacotes encaminhados pelo Executivo estadual à Assembleia Legislativa estão sendo acompanhados, especialmente as matérias como a recuperação fiscal, a diminuição da representatividade classista, licença-prêmio, limitação do pagamento de verbas indenizatórias e outras que afetam diretamente os servidores públicos. O vice-presidente de Núcleos, João Ricardo Tavares, é enfático ao defender a necessidade de diálogo: “É nossa missão estabelecer um canal direto de comunicação com os deputados para que dêem a devida atenção a pontos que são claramente inconstitucionais”.

## ARTIGO

### Poderosos deformadores

Cláudio Brito | Promotor de Justiça aposentado e Jornalista

Cada vez que leio, vejo ou escuto notícias sobre reformas, tenho o impulso de começar a falar em “deformas”. É disso que se trata, na verdade. Poderosos deformadores esses desavergonhados senhores que gestaram e estão querendo fazer valer um pacote de projetos de leis e emendas constitucionais que desconstruirão o patrimônio jurídico-social deste Brasil republicano e democrático que adoramos e que resultou de momentos tão graves na História.

O que dizer de uma reforma trabalhista que, em cinco dias, ganhou correção por Medida Provisória? Que reforma previdenciária vem por aí? Enquanto isso, os proponentes e signatários desses monstros vão driblando investigações e processos criminais que deveriam conduzir à cassação e prisão de todos eles.

Por conta das revelações de operações como a Lava-Jato, a Nação já tomou conhecimento dos desmandos e dos crimes com resultados milionários que essa gente arquitetou e praticou em quadrilha, deixando de lado o eufemismo de “organização criminosa”.

Os bandoleiros vão se defendendo com filigranas e novas posturas, desmerecendo as delações de seus comparsas e ameaçando as instituições com novos modelos legais destinados a impedir ou ao menos atrapalhar a atividade de policiais, procuradores e magistrados. Querem criminalizar a ação das autoridades que investigam os laráprios. Querem parar aqueles que tentam punir os autores da roubalheira geral. É como respondem nos plenários que a sociedade vai cercando de desprestígio. E desenham legislação eleitoral que lhes permita continuarem titulares de mandatos protetores, pois bafejados pelo foro por prerrogativa de função.

Nas modestas aulas que ministrei tantas vezes, insisti em advertir: “não falemos em foro privilegiado, isso é um erro, pois o que existe é a justa proteção de uma função pela prerrogativa de julgamento em foro qualificado, nas instâncias superiores”. Pois peço escusas aos meus tão queridos alunos e alunas, que me dão a honra de sermos companheiros em nosso Ministério Público, declarando-me sempre colega, pela vitaliciedade. Eu estava errado. O que esses deformadores usufruem é mesmo o abjeto e indesejável “foro privilegiado”. E talvez por aí se começasse uma legítima reforma. Todos julgados de um só jeito, deformadores ou não, extinto o direito ao julgamento em privilégio.

## QUALIFICAÇÃO &amp; CULTURA

# Associados da AMP/RS participarão de curso de especialização em Roma

**Q**uinze membros do Ministério Público gaúcho participarão, de 7 a 16 de maio de 2018, do curso “Combate ao Crime Organizado – máfias, corrupção e terrorismo”, em Roma. Promovido pela International Experience e a Università degli Studi di Roma Tor Vergata, o curso será realizado no Campus X da Universidade. Com foco no aprimoramento profissional dos associados da AMP/RS, a entidade irá subsidiar 10% do valor do curso para 10 colegas que se habilitaram às bolsas oferecidas no mês de agosto.

Com carga horária de 60 horas-aula, entre presenciais e visitas oficiais com seminário, o Curso será ministrado na língua italiana. Durante as aulas haverá tradução simultânea, e nas visitas institucionais a tradução será consecutiva.

O conteúdo programático inclui temas como Normativa sobre a lavagem de dinheiro no direito italiano e europeu; O Sistema penal da lavagem de dinheiro e Corrupção e crime organizado, entre tantos outros.

Diante do grande número de colegas interessados, a AMP/RS realizou um sorteio para o preenchimento das 10 bolsas. E, posteriormente, pleiteou e obteve a



abertura de mais cinco vagas, cujas despesas serão integralmente cobertas pelos associados.

## PASSAPORTE EM DIA

Viajarão à Itália para participar do curso os promotores Ângela Caren Dal Pos, Camila Santos da Cunha, Fernando Frei-

tas Consul, Greice Ávila Schmeing, João Afonso Silva Beltrame, Júlia Flores Schutt, Karen de Vasconcellos Daubermann, Letícia Viterbo Ilges, Marcelo Tubino Vieira, Marta Silva Beltrame, Renata Pinto Lucena, Rodrigo Mendonça Pinto dos Santos, Sérgio Hiane Harris, Sônia Madalena Silveira Bonilla, Tássia Bergmeyer da Silveira.

## Grupo Literário reuniu dezenas de colegas em 2017

**D**ezenas de membros do Ministério Público gaúcho participaram neste ano dos já tradicionais encontros do Grupo Literário da AMP/RS. Nas reuniões, realizadas entre os meses de março e novembro, na sede administrativa da entidade, em Porto Alegre, eles compartilharam suas impressões acerca de obras de grandes escritores. Entre canapés, doces, vinhos, refrigerante e água, as conversas abordaram títulos de cinco escritores internacionais e dois gaúchos.

Uma das principais incentivadoras da atividade, a diretora cultural da Associação, Angela Caren Dal Pós, foi presença constante nos encontros. Segundo ela, as reuniões do Grupo Literário são valiosas oportunidades de estímulo à leitura qualificada, observa a promotora.



## PRESENCAS

Participaram dos encontros os colegas Angela Dal Pós, Mário Cavalheiro Lisboa, Ricardo Vaz Seelig, Airton Zanatta, Carlos Roberto Lima Paganella, Loreno Zambonin, Octavio Augusto Simon de Souza, Airton Michels, Fernando Andrade Alves, Avelino Alexandre Collet, Cláudia Maria

de Albuquerque Medeiros, Christianne Pilla Caminha, Luiz Sérgio Guilhon Riso, Sérgio Harris, Ana Rita Schinestsck, Gilberto Montanari, Angela Salton Rotunno, Carlos Paganella, Vera Maria Feyh, Ana Marisa Ainhorn Ossok, Victor Hugo Azevedo e Maria Alice Hoffmeister, entre outros.

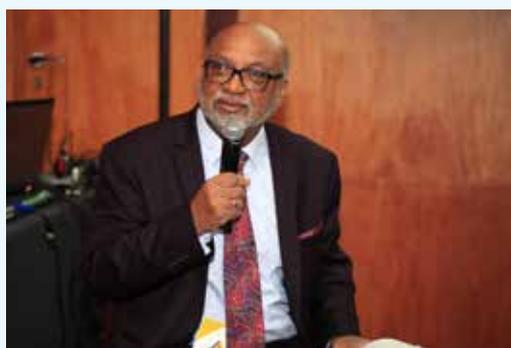
## Confira os títulos abordados em 2017:

- *O Vermelho e o Negro* (Stendhal)
- *Enclausurado* (Ian McEwan)
- *Submissão* (Michel Houellebecq)
- *O Sol é para Todos* (Harper Lee)
- *Netto perde sua Alma* (Tabajara Ruas)
- *O Amante de Lady Chatterley* (D.H. Lawrence)
- *A Passionalidade dos Crimes* (conto de Gustavo Melo Czekster)
- *Os que se Arremessam* (conto de Gustavo Melo Czekster)

INSTITUCIONAL

# Gaúchos marcam presença no XXII Congresso Nacional do MP

**U**ma delegação composta por 55 promotores e procuradores de justiça do Rio Grande do Sul representou o Estado nas atividades do XXII Congresso Nacional do Ministério Público, realizado de 27 a 29 de setembro, em Belo Horizonte (MG). O evento, organizado pela Associação Mineira do MP, em parceria com a CONAMP, abordou o tema “Três décadas de Constituição Federal de 1988: os novos desafios do Ministério Público”, com palestra magna do ministro do STF Luís Roberto Barroso. Na ocasião, foi lançada a campanha nacional [#MinistérioPúblicoestáaqui](#).



## TESES GAÚCHAS APROVADAS

Entre as teses aprovadas durante o encontro de Belo Horizonte, duas foram levadas pelo Rio Grande do Sul. Os textos, do promotor de Justiça aposentado Vilson Farias, abordam a legitimidade do Ministério Público para executar ação popular na impossibilidade jurídica do autor em propô-la e o ajuizamento de medida cautelar inominada oriunda do Código de Processo Civil pelo MP na área penal.

Na primeira, Farias apresentou um caso concreto, em que a autora ajuizou ação popular contra o Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (Sanep). A ação foi procedente, tendo o SANEP sido derrotado em todas as instâncias, inclusive no STJ e no STF. Quando se realizava a execução, o SANEP alegou que a autora não tinha legitimidade para propor a execução. Já a autora peticionou nos autos que, se não podia ela mesma proceder a execução, o Ministério Público deveria, então, fazê-lo.

Na segunda tese, Vilson Farias ponderou que o Poder Judiciário vem adotando em todo o País as audiências de custódia, em obediência a orientação do Conselho Nacional de Justiça. E que, diante do indeferimento do pedido de prisão preventiva do indiciado ou denunciado, pode o Ministério Público socorrer-se do ajuizamento de medida cautelar inominada.



## COMISSÃO DE APOSENTADOS

Como parte da programação do Congresso, a comissão de aposentados da CONAMP promoveu reunião ordinária na tarde do dia 28 de setembro. Entre os pontos definidos como prioridade para serem sustentados pela CONAMP em defesa dos associados inativos esteve a necessidade de reforço e consolidação do vínculo dos inativos com suas respectivas Procuradorias-Gerais de Justiça, tema defendido pelo vice-presidente de Aposentados da AMP/RS, Antonio Carlos Paiva Hornung. “Em diversos Estados do Brasil, os aposentados perderam o vínculo com seus órgãos e, em tantos outros, isto está prestes a acontecer. Solicitamos que a CONAMP assuma o protagonismo na defesa daqueles que ainda permanecem vinculados às PGJs e do retorno dos que já foram desvinculados por diversas razões”, resumiu Hornung.

## GRUPOS DE TRABALHO

A programação do XX Congresso Nacional do MP teve espaço para a realização de uma série de Grupos de Trabalho, discutindo diversos temas. Em um deles, os promotores de Justiça gaúchos Leonardo Giardin de Souza e Diego Pessi confrontaram suas opiniões sobre Direito Penal Mínimo versus Proibição de Proteção Deficiente com o promotor do Paraná Márcio Berclaz. Os gaúchos defen-



deram que é necessária punição adequada aos crimes que são cometidos e que isso não ofende qualquer garantia.

## CRÔNICA

A teoria da panela | Mário Cavalheiro Lisboa  
mariolisboa12@gmail.com

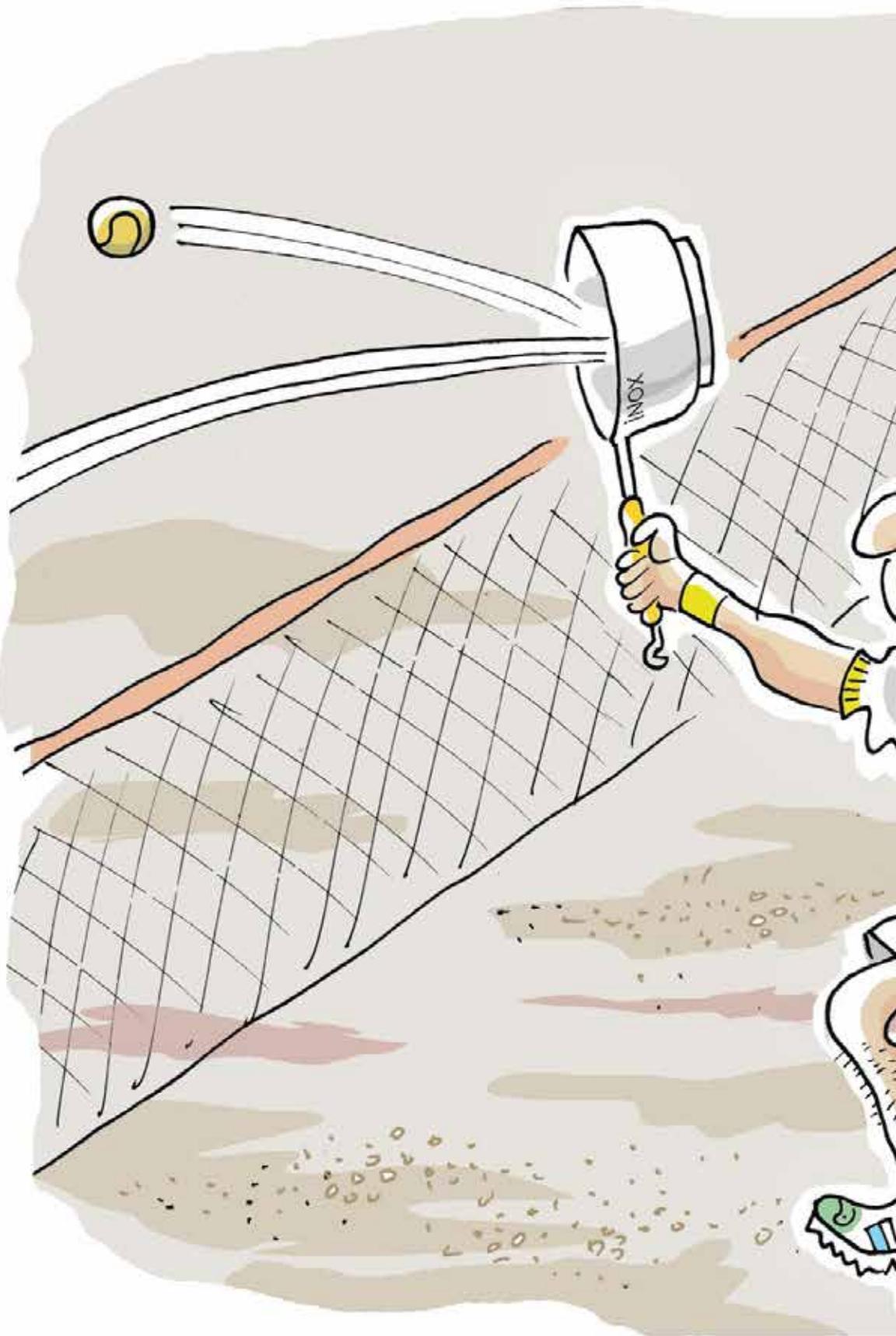
Os tenistas que jogam de duplas têm uma tendência inata para construir panelas, isto é, jogar apenas num pequeno grupo. Essa característica é ainda mais acentuada entre aqueles que apresentam um jogo mais consistente e regular que a maioria dos outros tenistas do clube. Essa consistência passa a ser o diferencial. A panela vai se formando ao natural. Numa cumplicidade silenciosa, eles vão se aproximando uns dos outros e vão se afastando dos demais tenistas. Depois de algum tempo, a panela está formada. A partir desse estágio, a providência mais importante de seus integrantes é manter a panela hígida e defendê-la contra investida de terceiros. A estratégia básica de uma panela é a visibilidade; é ser reconhecida como panela. Isso por si só é a medida mais importante para afastar tenistas indesejáveis. Ali é uma panela, pensam os outros, só jogam entre eles, não dá nem para chegar perto. Outra medida que faz parte da logística da panela é formar um grupo de whatsapp. Com essa ferramenta, eles trocam mensagens criptografadas confirmando o próximo jogo, nisso incluindo o horário. E insistem na pontualidade, todos devem chegar ao mesmo tempo. De preferência, encontrarem-se no estacionamento do clube e entrarem juntos no recinto das quadras; sabe como é, sempre pode haver um medíocre solitário avidamente procurando parceiros para completar duplas. Isso seria inaceitável. A panela não pode concordar que um tenista medíocre venha a estragar seus jogos. Mas essa situação não é tão incomum. Por vezes, os paneleiros não conseguem chegar ao mesmo tempo no estacionamento. E, no estacionamento, ninguém guarda quadra. Assim, muitas vezes eles se veem obrigados a entrar incompletos no recinto das quadras, a fim de reservar uma cancha. Esse sempre é um momento desconfortável para os paneleiros. Se o quarteto panelar está incompleto junto a uma quadra, não é incomum algum medíocre perguntar, mesmo não se aproximando, se eles precisam de algum tenista para completar as duplas: está faltando alguém aí? Não há nada que irrite mais um paneleiro do que esse tipo de pergunta feito por um tenista de somenos. Claro que não! Claro que não! Eles pensam assim, com ponto de exclamação e tudo, claro que não! E ainda mais tu, fulano! Não te enxerga? Com a bolinha que tu jogas, queres mesmo participar de uma partida com nós, tenistas de escol? Ah? É muita ousadia. Pensam assim. Mas essa crítica fica

apenas no pensamento. Na resposta, eles são sempre elegantes: obrigado, não precisa, estamos esperando o fulano, ele está chegando. Tal resposta é recorrente; quando falta um paneleiro é porque ele está chegando.

Os integrantes da panela andam sempre em grupo. Isso é da natureza humana. Todos os mamíferos procuram manter-se coesos para enfrentar as adversidades. Durante milhões de anos, essa conduta foi se transformando numa característica genética. Daí que o ser humano enxerga no diferente sem-

pre uma ameaça. Como se vê, a tendência para a formação de uma panela de tenistas habilidosos tem origens nos primórdios da humanidade. É ditado pelos genes da sobrevivência. No caso, a sobrevivência esportiva; a sobrevivência do jogo em alto nível. Em virtude da genética, os paneleiros comumente deslocam-se em conjunto pelas alamedas do clube. Por onde andam, são admirados, invejados e muito bem observados; pois, nos paneleiros, até o caminhar é diferente.

No fundo, todos os tenistas gostariam





de pertencer à panela. Além de uma honra, seria uma façanha para contar a seus netos, olha, meu neto, o avô jogou na panela do fulano. Que tal, hein? O avô não foi apenas um rebatedor de bola. Fez história no tênis. Mas poucos, muito poucos são os que conseguem ser convidados para integrar a panela. E isso apenas ocorre quando algum panelheiro fica lesionado ou deixa de frequentar o clube. Então a panela se vê na obrigação de escolher alguém para substituí-lo. Essa escolha é meticulosa. Imagine um dia um dos

integrantes da panela chamar em separado um dos tenistas do clube e lhe propor para jogar com eles. É um momento único na vida do tenista. Talvez seja o melhor momento de sua vida. Mas isso não é tão fácil. A panela tem suas regras rígidas. Quando estão com escassez de jogadores, a panela realiza uma reunião, longe do clube, é claro, onde são feitas profundas discussões a respeito do jogador a ser escolhido, ocasião em que são utilizadas bolinhas brancas e pretas. Havendo uma bolinha preta, a

indicação é reprovada. Caso receba todas as bolinhas brancas, a panela efetua o comunicado oficial ao jogador, através de um ofício timbrado, com marca d'água. O ato seguinte é a solenidade secreta de aceitação, também realizada longe do clube. O escolhido pela panela deverá ajoelhar-se em frente ao painelheiro-mor. Este, empunhando uma raquete de tênis, à guisa de espada, encosta-a no ombro do novato, pedindo para que ele repita o juramento da panela: prometo defender a panela com minha própria vida, utilizando de todo o engenho e arte para afastar os medíocres. Feito o juramento, ao iniciante é legado o pomposo título de panelheiro. E recebe um livrinho preto de capa dura intitulado Manual do Panelheiro. Nesse livro, consta gama imensa de ensinamentos para afastar jogadores medíocres. A recomendação é para que o iniciante porte sempre consigo o livrinho preto em sua bolsa de tênis. Os ricos ensinamentos do livrinho podem ser úteis em situações embaraçosas, já que sempre existem tenistas medíocres que não possuem adequada autoanálise.

Apesar de serem semideuses, os panelheiros por vezes também se desentendem. É o seu lado humano. Como vivem no Olimpo, suas brigas são épicas, com raios e trovões para todos os lados. Às vezes ficam alguns dias sem se conversarem. E o silêncio de semideuses é grandioso, sendo notado em todo o clube. Até o porteiro percebe que alguma coisa ocorreu no Olimpo. Mas o tempo é o senhor da razão até entre os entes superiores. Assim, com o passar dos dias, os semideuses vão novamente se aproximando e até arriscando um bom dia. Não tanto por arrependimento, simpatia ou compaixão. Nada disso. Mais por praticidade, com base no ensinamento da última folha do Manual do Panelheiro que diz o seguinte: é melhor jogar com um zangado competente do que com um risonho medíocre.

Por vezes, quando o Olimpo está calmo, quando os panelheiros praticam os jogos mantendo toda a lisura com o adversário e toda a paciência com o companheiro, eles ficam satisfeitos e sentam-se nos bancos que ficam junto à quadra. Semideuses que são, eles então deixam que as ninfas sequem seu suor e troquem sua camisa. Nessas ocasiões, por estarem de bom humor, os semideuses, com muita calma, deambulam até o recanto dos tenistas e fazem a concessão de se sentarem com os demais jogadores, simples mortais. E até conversam com eles. Mas sempre mantendo uma certa distância.

## FUTEBOL

**Fortaleza gaúcha faz história no Ceará**

**Seleção gaúcha foi campeã na categoria Super Máster, vice-campeã na Sênior e conquistou o 4º lugar na Força Livre**

**E**m uma jornada para ficar na memória, os atletas do Rio Grande do Sul fizeram uma das melhores performances da história do Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público que, neste ano, em sua 16ª edição, aconteceu no CT do Vozão - Centro de Treinamentos do Ceará Sporting Club -, na cidade de Itaitinga, a cerca de 30 quilômetros de Fortaleza (CE).

A delegação, composta por 53 promotores e procuradores de Justiça, foi campeã na categoria Super Máster (foto acima), conquistou o vice-campeonato na Sênior e na Máster e ainda chegou em 4º lugar na Força Livre. A participação histórica se traduz em campo, onde a Associação do Ministério Público do RS disputou todas as partidas, tendo chegado ao último dia do certame sempre despontando numa posição importante.

Segundo o diretor de Esportes da AMP/RS, Gilmar Maroneze, a participação do Rio Grande do Sul em 2017 pode ser comparada à de 2001, primeiro ano do Torneio, quando os gaúchos se sagraram

campeões nas categorias Força Livre e Máster. “Aquela edição foi especial, por ser a primeira. E tivemos um desempenho excelente. Mas neste ano, com uma competição maior, reunindo mais equipes e mais atletas, além da introdução da categoria Sênior, desde 2013, podemos avaliar como excepcional a nossa performance. Além do mais, o espírito de congraçamento falou alto ao longo de toda a competição. Não tivemos nenhuma expulsão ou episódio negativo. Estamos muito felizes”, analisou Maroneze.

**CAMPANHA 100%**

O certame foi mesmo especial para o grupo. Afinal, o título na Super Máster era o único que faltava – o Rio Grande do Sul já havia vencido o Torneio oito vezes, nas categorias Força Livre, Máster e Sênior, além de ter tido diversas participações no pódio, alcançando os segundos e terceiros lugares. A campanha impecável dos atletas da Super Máster foi escrita com 100% de aproveitamento: cinco vitórias, 10 gols

marcados e apenas dois sofridos.

De quebra, o goleiro André Luis Dal Molin Flores (foto ao lado) foi o menos vazado da categoria, e Érico Fernando Barin foi o goleador.

Na primeira fase da competição, os atletas ficaram em primeiro lugar no Grupo C. Para isso, bateram as

Associações do Espírito Santo, por 1 a 0, e do Maranhão, por 2 a 0.



*Dal Molin*



*Barin*

No confronto das quartas de final, aplicaram um inquestionável 3 a 0 nos baianos. Na semifinal, superaram os mineiros pelo placar de 2 a 1. E na grande decisão, agora contra os atletas da Paraíba, mais uma vitória gaúcha, novamente com o placar de 2 a 1.

## Mais um vice com a Sênior



O Rio Grande do Sul conquistou neste ano uma marca impressionante na categoria Sênior. Com o vice-campeon-

ato no XVI Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, o grupo chega ao quinto pódio desde que a categoria foi criada, em 2013. Bicampeões nas duas primeiras edições, os atletas gaúchos chegaram em 3º lugar em 2015 e alcançaram o vice-campeonato no ano passado. O resultado não deixa dúvidas sobre a qualidade do grupo e permite sonhar com grandes performances nos próximos anos do torneio.

Nesta edição, foram quatro jogos dis-

putados pelo Rio Grande do Sul e apenas uma derrota, por 1 a 0, justamente na partida final, contra os colegas da Associação Paulista do Ministério Público, que priorizaram a categoria, inclusive abrindo mão da participação na Super Master. Para chegar até a grande decisão, os atletas superaram, na estreia, os piauienses por um placar clássico que traduz a superioridade da equipe: 4 a 0. Na sequência, empataram com os cearenses em um disputadíssimo 1 a 1. Já na partida pela fase semifinal, venceram os mineiros na cobrança de tiros livres da marca do pênalti por 3 a 1, após empate sem gols no tempo normal.

## Na Máster, título escapou nos pênaltis

Considerado um time envelhecido para a categoria, visto que a média de idade do time que disputou é superior a 42 anos, quando a idade mínima permitida é de 35 anos,



o Master terminou a competição invicto e chegou em segundo lugar no Torneio.

O título escapou na disputa por tiros livres na marca do pênalti contra Minas Gerais, após empate em 1 a 1. A equipe sofreu apenas um gol em toda a competição, por ironia, justamente na decisão, faltando poucos segundos para o fim da partida, quando vencia por 1 a 0.

Vencedores do Grupo B, os gaúchos superaram as delegações de Amazonas por 4 a 0, do Distrito Federal por 1 a 0 e os próprios mineiros, por 2 a 0 – foi a única derrota sofrida por Minas Gerais na competição. O Rio Grande do Sul

passou com tranquilidade pelo Paraná nas quartas de final: 3 a 0. Já a partida pela semifinal, contra Espírito Santo, foi mais disputada, mas a vitória veio, pelo placar de 1 a 0. Ao reencontrar Minas Gerais, cuja campanha foi mais acidentada nas etapas anteriores, a decisão terminou igual no tempo normal. E nos tiros livres o adversário

levou a melhor: 4 a 3. Apesar da perda do título, ainda houve espaço para outra alegria na delegação da AMP/RS: o goleiro Rafael Russomanno Gonçalves (no detalhe) foi o menos vazado da categoria.



## Honroso 4º lugar na Força Livre

Com um time reformulado, reunindo diversos novos colegas, que participavam pela primeira ou segunda vez do torneio, a equipe gaúcha da categoria

Força Livre foi até a semifinal da competição, tendo caído para o estupendo time de São Paulo, que acumula títulos na categoria e repetiu a dose em 2017.

Na disputa pelo terceiro lugar, o Rio Grande do Sul só ficou fora do pódio por conta da melhor pontaria dos paranaenses na cobrança dos tiros livres diretos da marca do pênalti (5 a 4), após empate em 2 a 2.

Vencedora nas edições de 2001 e 2011

e dona da melhor campanha da primeira fase no Grupo D – a exemplo de todas as outras categorias –, a equipe do RS empatou sem gols com Minas Gerais, venceu a ANPR por 3 a 1 e o Maranhão por 1 a 0. Nas quartas de final, bateu os paraibanos por 1 a 0 e se classificou para enfrentar os paulistas.

O desempenho geral encheu de orgulho os atletas e colegas que torceram pelo Rio Grande do Sul na competição. Os três troféus na bagagem reafirmam a qualidade do grupo e a eficiência dos intensos treinamentos feitos como preparação ao longo do ano.



## ANIVERSÁRIO

# Celebração nos 76 anos da AMP/RS

Foi em um dos mais badalados espaços da Capital que os associados da AMP/RS festejaram, na noite do dia 1º de dezembro, os 76 anos da entidade de classe. O evento lotou as dependências do Eleven Dinner Room, no coração da Capital. Embalado por uma seleção musical de alta qualidade e contando com um cardápio elegante e requintado,

o público confraternizou animadamente nos diferentes ambientes do espaço.

A festa, que iniciou às 21h, invadiu a madrugada, com muita animação. Segundo a vice-presidente social da AMP/RS, Andréa de Almeida Machado, o coquetel foi concebido no intuito de dividir com a classe a alegria por integrar o Ministério Público do

Rio Grande do Sul: “Este ano inovamos no formato da festa, pois gostaríamos de ter um encontro diferente, mais descontraído. E parece que a ideia foi bem recebida pelos colegas, pois a festa foi superdivertida e a pista de dança ficou cheia até o final. Quem foi tenho certeza que adorou. Foi uma celebração alegre, leve e com muito bom astral”, disse Andréa.

